

Políticas agrícolas e interesses de classe no Brasil pós-30¹

SONIA REGINA DE MENDONÇA
Universidade Federal Fluminense

Apresentação

PARA MUITOS DOS AUTORES DEDICADOS ao estudo das políticas agrícolas no Brasil, o período inaugurado pela chamada revolução de 30 costuma ser tratado de modo especial, na medida em que aí se alocaria a própria “gênese” de tais políticas, em seu sentido mais substantivo e concreto, quando não, a própria emergência do Estado como “ator” fulcral em matéria econômica. Na visão desses especialistas, o período anterior a 1930 teria sido marcado apenas por “arremedos” de políticas agrícolas, explicáveis ora por seu caráter eminentemente pontual e supostamente efêmero, ora pelo evidente envolvimento do Estado com o projeto de implantação do capitalismo urbano-industrial no país (Mueller, 1981; Sorj, 1980; Vilella & Suzigan, 1973).

Em todos esses trabalhos, um dado emerge de forma inequívoca: o Ministério da Agricultura, responsável pelas políticas agrícolas, é completamente ignorado, tido como uma agência do Estado “inoperante” ou de “eficácia duvidosa”, mormente em se tratando da chamada “República Oligárquica” e cafeeira (Mueller, 1981:137). Somente após 1930 algum destaque lhe é atribuído, quando de sua suposta integração ao projeto de nacionalização das decisões econômicas, característico do processo de redefinição do papel do Estado então em curso (Draibe, 1985: 39). Sob esta ótica, toda uma quadra,

correspondente às quatro primeiras décadas do século XX, é praticamente apagada da memória histórica acerca das políticas públicas agrícolas, exceção feita às Políticas de Valorização do Café perpetradas pelos governos Federal e do Estado de São Paulo, em momentos episódicos, diante da necessária contenção artificial de supersafras do produto (Fausto, 1985: 193-248).

Semelhante visão acerca dessa agência estatal costuma ser respaldada por alguns argumentos recorrentes: ora a significação do Ministério somente no pós-30 se explica pelo fato de estar surgindo, pela primeira vez, uma política agrícola efetiva e nacional, ora sua importância continua, apesar de reconhecida, a ser relativizada, face à multiplicação de inúmeros outros organismos de Estado específicos – tais como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), o Instituto do Mate ou o DNC, além de conselhos e autarquias em geral – responsáveis, por si sós, pela definição de políticas agrícolas setoriais, cuja implementação independeria, em última instância, do próprio Ministério da Agricultura (Mueller, 1985: 306-307). Ainda que parcialmente correta, tal argumentação prescinde de dois aspectos cruciais: a) a busca de uma visão de conjunto acerca da política agrícola brasileira do período – que não equivale ao mero “somatório” das atuações desses órgãos especializados na gestão da agricultura; b) a pressuposição de que, como uma agência “menor” do Estado brasileiro, o Ministério seria inexpressivo no papel de instância de representação de interesses de grupos ou frações de classe agrárias, posto se encontrarem esses contemplados nas autarquias e/ou nos institutos correspondentes ao ramo de produção por eles representados.

O que a grande maioria dos estudos desconsidera é que, assim como a dimensão político-institucional da luta de classes não se restringe tão somente à sociedade política, a inscrição de interesses de segmentos distintos da própria classe dominante rural não poderia prescindir de múltiplas esferas de participação, capazes de assegurar a consecução de suas demandas. Dessa feita, os mesmos setores representados junto ao IAA ou ao Instituto Nacional do Sal, por exemplo, também se fariam presentes no Ministério da Agricultura, ainda que não fosse ele a instância decisória última da política voltada para cada um desses setores. Entretanto, isso não é o mesmo que afirmar a “importância secundária” da Pasta, uma vez que as diretrizes de um efetivo projeto de reconstrução da agricultura brasileira como um todo emanaram, de fato, do Ministério, como será aqui analisado.

Outras considerações preliminares se fazem necessárias. Em primeiro lugar vale demarcar que ainda nos marcos do governo provisório, um grande rearranjo administrativo se processou junto aos órgãos estatais, visando a uma resposta a

demandas elaboradas por algumas das forças envolvidas na urdidura do golpe, dando origem a dois novos Ministérios – o da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio. Com isso, o antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio perdia sua jurisdição sobre os dois últimos domínios, restringindo-se apenas às questões da agricultura propriamente dita². Apesar dessa aparente “descontinuidade”, no entanto, as grandes linhas de atuação do Ministério da Agricultura (MA) não sofreriam rupturas essenciais após 1930, aprofundando-se as diretrizes esboçadas no período anterior, quais sejam, a intensificação da diversificação produtiva e do incentivo à tecnicização da produção (Mendonça, 1997: 137-175).

A grande diferença residiria, isso sim, no contexto histórico específico em que tais diretrizes se recolocavam, o que lhes conferia uma nova qualidade, posto que agora, diante da conjuntura mundial inaugurada pela crise de 29, com a conseqüente queda nos preços de produtos agrícolas, a vital necessidade de comprimirem-se as importações em geral tornava ainda mais urgente a intervenção do Estado no sentido de propiciar aos proprietários rurais melhores condições para a *colocação interna* de seus produtos. Logo, a diversificação produtiva que havia sido, na Primeira República, uma alternativa para complexos agrários menos dinâmicos, tornava-se, agora, uma questão nacional, construída à sombra de *déficits* da Balança Comercial a serem minimizados na conjuntura de uma economia mundial em crise. Isso equivale a sinalizar para a ascensão da indústria brasileira como mercado consumidor preferencial para a agricultura, acelerando o processo de subordinação desta àquela.

Ao mesmo tempo, o principal baluarte da economia agrário-exportadora brasileira entrava em derrocada: os preços do café, até então artificialmente manejados às custas de intervenções pontuais, deixavam de contar com horizontes possíveis de aumento, graças à própria superprodução, o que trouxe a necessidade de uma intervenção estatal permanente junto ao setor, materializada na criação do Instituto Brasileiro do Café – ainda com forte componente regionalista em seu comando –, depois DNC. Centralizavam-se as decisões quanto ao tema, o que implicava uma perda relativa do poder de barganha política da grande burguesia paulista. Inaugurava-se, também, através da citada prática da criação de autarquias especializadas em ramos ou setores produtivos diretamente vinculadas ao Executivo, tanto uma nova modalidade de absorção dos conflitos intraclasse dominante pelo próprio Estado (Souza, 1977), quanto mecanismos coadjuvantes da nacionalização das decisões econômicas, superando o embate regionalismo *versus* centralização política, típico do período.

No entanto, atentando para o papel do Ministério da Agricultura como pólo irradiador de políticas agrícolas mais abrangentes, verifica-se a importância de seu estudo durante as décadas de 1930 e 1940, uma vez que, para além de uma versão estatizada da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), como o fora durante toda a República Velha (nota dizendo o que era), a Pasta passaria a contar com novos grupos de interesse em seus quadros. Dentre eles destacaram-se aqueles vinculados à grande burguesia cafeeira paulista, derrotada no movimento Constitucionalista de 1932 e à qual era preciso prestar alguma compensação política, sobretudo a partir da implantação da ditadura Estadonovista em 1937, quando seria nomeado como ministro o agrônomo e grande proprietário paulista Fernando Costa, vinculado à Sociedade Rural Brasileira, rival da SNA³. Logo, a correlação de forças vigente no âmbito do Ministério passaria por redefinições.

Políticas Agrícolas no Pós-30: Suportes Institucionais da Ação

OS ESTUDOS QUE MINIMIZAM A IMPORTÂNCIA econômica ou política do Ministério apóiam-se em variáveis, como dados relativos ao comércio exterior do Brasil, superfícies plantadas por produto ou ainda na valorização das novas agências do Executivo voltadas para setores agrícolas específicos. Tal política, entretanto, só é estudada a partir de reformas administrativas pontuais sofridas pelo Ministério e dos indicadores mencionados, tidos como capazes de embasarem conclusões acerca da maior “eficácia” da ação do órgão somente nesse período. Acrescente-se a isso que essa noção de “eficácia” prende-se tão somente ao âmbito estrito do econômico, como se o êxito político de algum grupo de interesses pudesse ser dele separado, estanquizando-se, assim, as análises.

É dessa visão que se pretende escapar neste estudo, por dela discordarmos devido a seu caráter empobrecedor da própria história das políticas agrícolas, naturalizada mediante o manuseio de dados estatísticos. Aspectos igualmente importantes na configuração de políticas públicas agrícolas, tais como o perfil dos titulares e funcionários de primeiro escalão da Pasta, sua vinculação a entidades da sociedade civil, o jogo de forças políticas vigentes no bloco no poder ou mesmo a ênfase diferenciada no tratamento político de algumas temáticas relevantes – como a cooperativização agrícola ou as práticas de assistência técnica a produtores de distintos portes, ainda que com escassas possibilidades de tratamento quantitativo, são subestimados, como se somente o “serial” e o quantificável pudesse, *per sí*, respaldar estudos sobre o tema.

Em contraste a esse tipo de abordagem e considerando que toda política econômica é, simultaneamente, economia política e, como tal, fruto de uma dada correlação de forças entre grupos e agências da sociedade civil e da sociedade política – configurando-se o Estado como uma relação (Poulantzas, 1985: 169) buscar-se-á focalizar o Ministério da Agricultura e as políticas agrícolas por ele veiculadas entre 1930 e 1945, a partir de outro viés: o de sua imbricação a grupos de interesse institucionalizados no âmbito da sociedade civil, cujas demandas esse organismo de Estado procurou organizar e atender ao longo do período em foco, transformando-se num *locus* privilegiado da neutralização dos conflitos intraclasses dominante agrária brasileira no pós-30. Nesse sentido, procurar-se-á, igualmente, resgatar aspectos da trajetória histórica do órgão, de modo a verificar continuidades e descontinuidades em sua atuação, quadros e representatividade política antes e, sobretudo, depois do movimento de 1930.

Em princípio, importa destacar os parâmetros que presidiram as novas práticas de atuação dessa agência do aparelho de Estado, tomando como ponto de partida a transformação verificada nas conjunturas interna e internacional a partir de 1929. Em função disso, definiram-se cinco eixos de atuação, configuradores da política agrícola do Ministério durante as décadas de 1930 e 40. São eles: a) a progressiva diversificação da produção agrícola brasileira, não somente para o mercado interno – tal como na Primeira República –, mas, sobretudo, com vistas ao mercado internacional, configurando uma inflexão quanto ao período precedente; b) o fomento à pesquisa agrícola nacional, acompanhada pela centralização de suas diretrizes, mediante a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica (Cnepa), em 1938; c) a fiscalização e a padronização obrigatórias dos produtos agropecuários destinados tanto à exportação, quanto ao mercado interno; e, finalmente, d) a subordinação de agências estaduais voltadas para a agricultura ao Ministério, através da chamada “política dos acordos”, transformando-as, paulatinamente, em sucursais da Pasta, privadas da autonomia com que contaram na 1ª República⁴. Além dessas, uma quinta diretriz merece destaque, com a ressalva de não se constituir propriamente em novidade, como será visto adiante: a ênfase na cooperativização agrícola, que se intensificaria a partir de 1936.

A política de fomento à diversificação agrícola intentada pelo Ministério pode ser aquilatada, dentre outros aspectos, pelo crescimento expressivo – quantitativo e qualitativo – do número de estabelecimentos de experimentação agrícola a ele ligados, que passou de um total de 15 para 36, entre 1938 e 1940. Todos eles voltavam-se para um leque de produtos bem mais vasto do

que aquele predominante ao longo da 1ª. República, demonstrando a preocupação em estender os benefícios da pesquisa agrícola aos mais variados setores produtivos da classe proprietária. Assim, além de cereais, algodão e cana em geral – como havia ocorrido no período anterior – o Ministério criou estações experimentais de café (SP); cítricos (RJ, DF e estados do Nordeste); trigo (RS, SP, PR, SC e MG); vinho (RS, SC e MG); fumo (BA e MA) e fibras têxteis das mais variadas, essas últimas concentradas no Nordeste (PE, RN, PB, CE, AL, BA, SE) (Relatório Ministério da Agricultura – RMA, 1940: 59-65). Além disso, foram fundados, em 1939, três Laboratórios de Fibras – um Central, situado no Maranhão, e dois regionais, sediados no Rio de Janeiro e em João Pessoa –, uma estação experimental de frio (Rio Grande do Sul), além do Instituto Agrônomo do Norte⁵. Como se percebe, a atuação do Ministério da Agricultura no pós-30 destinou-se ao aprofundamento da diversificação agrícola do país, entendida quer no tradicional sentido do abastecimento interno, quer no da ampliação/despecialização da pauta das exportações brasileiras.

Mesmo ciente de que a grande maioria dos produtos agrícolas exportáveis enfrentava conjuntura externa pouco favorável desde 1929 – à exceção do algodão, cujo *boom* situou-se entre 1937-39, beneficiando sobretudo o produto paulista –, vale mencionar o empenho dos gestores da política agrícola ministerial na busca de alternativas a esse quadro, em face da necessidade urgente de comprimirem-se as importações brasileiras. Nesse sentido, não apenas sobressai a ênfase da agência para com o algodão – favorecido pela liberação das exportações para a Alemanha e mercado pela busca da padronização dos tipos exportáveis –, mas também para com novos artigos de boa cotação externa, em particular fibras diversas, oleaginosos (sobretudo a mamona, cuja exportação cresce 500%) e frutas cítricas (mormente a laranja), além dos gêneros alimentícios, fatalmente valorizados pelo “esforço de guerra” (RMA, 1939: 125-127)⁶.

Vale ainda mencionar o crescimento apresentado pelos produtos do setor de óleos e fibras, que apresentaram um crescimento de quase 70% da área plantada entre 1931-41. A esse respeito, a documentação ministerial é pródiga em menções a acordos comerciais, sobretudo com os Estados Unidos, beneficiando com tarifas preferenciais a importação de óleos e sementes vegetais brasileiros (BMA, out, 1942: 6), incluindo desde o de babaçu até a torta de mamona (BMA, mar, 1943:98). O próprio ministro Fernando Costa faria questão de divulgar que o volume total de óleos vegetais exportados pelo país havia passado de 19.400 toneladas (1932), para 102.800 toneladas (1938), quando de um discurso acerca da importância da diversificação da produção

agrícola exportável, agregando também novas matérias-primas, como a andiroba, por exemplo, imprescindíveis à indústria internacional, no caso, a de tintas (BMA, dez, 1939: 130-139).

Mas não só com vistas ao mercado internacional aprofundou-se a política diversificadora no pós-30: o abastecimento da indústria nacional seria também um poderoso incentivo à agricultura. Segundo um relatório ministerial,

Se o industrialismo ganha terreno, num país do tipo do Brasil, o progresso econômico financeiro depende da resistência e da organização das fontes da produção rural. Assim se explica por que a produção agropecuária necessita ser protegida e orientada, executando-se uma política rural que não deverá competir apenas ao Governo Federal, mas também às administrações estaduais e municipais.[...]. Calcula-se que as indústrias nacionais, em 1939, tenham consumido mais de 5 milhões de contos e, desses, adquiridos nos mercados internos, mais de 4 milhões. Logo, *do progresso da indústria dependerá o consumo crescente das matérias-primas oriundas da terra*. É preciso, entretanto, que as regiões produtoras de matérias-primas sofram a influência da técnica e aperfeiçoem suas produções (RMA,dez, 1939: 39-40, grifos no original) ⁷.

Sem dúvida alguma, o Ministério da Agricultura viria a ser um expressivo coadjutor do processo de subordinação da agricultura à indústria no país, então em curso.

Outra forma de abordar a política diversificadora perpetrada pelo Ministério consiste em reconstituir as grandes reformas administrativas sofridas pela Pasta entre 1933 e 1945, já que a remodelação de sua ossatura material traduz, não somente a ênfase nas frentes de ação mencionadas, como também a absorção de novas demandas e atores sociais em seus quadros. Tais reformas, em número de três, tiveram início em 1933-1934, quando da gestão do Ministro Juarez Távora, sucedendo-se a ela a de 1938-39, na gestão do paulista Fernando Costa, e a de 1944. Caso observadas as reformas em seu conjunto, constatam-se duas características básicas: a) a dimensão cada vez mais nacionalizante dos Departamentos Administrativos da Pasta, apontando para a construção de uma efetiva generalização das políticas agrícolas e b) a sofisticação do aparato burocrático do Ministério, mediante a setorialização e especialização das práticas perpetradas por Serviços e/ou Diretorias específicos, *pari passu* à proliferação de Conselhos Nacionais, no âmbito da própria agência.

A primeira reforma mencionada teve por escopo principal a reordenação dos Serviços e Diretorias autônomos herdados da República Velha, reagrupados, a partir de 1934, junto a três departamentos centralizados: o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), o Departamento Nacional de Produção

Vegetal (DNPV) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)⁸. À parte dos Departamentos Nacionais e subordinadas diretamente ao Ministro, foram criadas três novas diretorias, estratégicas à implementação de seus objetivos: a Diretoria de Organização e Defesa da Produção – encarregada da cooperativização, cerne da política agrícola nessa gestão; a Diretoria de Estatística da Produção – presidida pelo princípio de que “conhecer é controlar” (RMA, 1934: 27), além da *Diretoria de Expediente e Contabilidade* (RMA, 1933: 5-20). Nas palavras do titular da Pasta e coerentemente com as propostas militares emanadas do Clube 3 de Outubro, a defesa do chamado “dirigismo econômico” era imperiosa, uma vez que “constitui crime de lesa pátria o destemor e o descaso com que tem sido legada a plano secundário o conjunto da administração nacional. Urge que reajamos contra este verdadeiro saque às riquezas naturais do país” (RMA, 1933: 18).

Foi também no bojo da “reforma Távora” que se inaugurou a citada prática dos “convênios” ou “acordos” com as administrações estaduais, segundo os quais, os serviços técnicos agrícolas de âmbito regional eram obrigados a adotar, em sua respectiva área de atuação, as diretrizes do Ministério, o qual, em contrapartida, forneceria verba correspondente ao dobro da dotação orçamentária estadual destinada ao respectivo serviço. Nesse período, celebraram-se acordos com órgãos estaduais voltados à fruticultura, plantas têxteis, defesa sanitária animal e organização da produção⁹. Sobre tal prática, aprofundada pelo Ministério ao longo de toda a década, assim se pronunciaria o periódico carioca, *O Correio da Manhã*, em matéria intitulada “Descentralizando a administração agrícola”:

Com o propósito de facilitar a execução dos serviços de fomento agrícola e, ao mesmo tempo, de economizar os recursos técnicos e econômicos, estão sendo assinados no Ministério da Agricultura vários acordos com os governos estaduais. Foram assinados Acordos com Pernambuco, Sergipe e Santa Catarina.[...] os estados muito lucrarão com a unificação dos órgãos de execução, ao mesmo tempo em que, como o governo federal, economizarão sensivelmente o emprego de recursos técnicos e econômicos, alcançando ainda maior eficiência nos mesmos serviços (*Correio da Manhã*, 16-01-1937: 3)

Essa modalidade claramente centralizadora de intervenção provocaria inúmeros conflitos interburocráticos e intraclasses dominante agrária, mormente em função de dois aspectos específicos. Por um lado, seu enfrentamento direto aos interesses da cafeeira paulista, mediante a criação, junto ao Ministério, do *Serviço Técnico do Café* (1933) que transferiu “a parte verdadeiramente agrícola

dos trabalhos a cargo do Departamento Nacional do Café para o Departamento Nacional da Produção Vegetal, visto que a este, de fato, competiam as atribuições erradamente conferidas àquele” (RMA, 1934:24). Por outro lado, a agressiva política de cooperativização então adotada que, visando à formação de representantes classistas e sindicais que pudessem atuar junto ao processo político-partidário do período, contrariava aos interesses tanto da própria SNA – cujos representantes predominavam junto ao Ministério – quanto os da grande burguesia paulista, vinculada ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC/SP) da Secretaria de Agricultura, sem falar naqueles alocados junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ¹⁰.

De forma aparentemente contraditória, os conflitos assim aguçados seriam amortecidos pela incorporação de representantes da grande burguesia paulista ao alto escalão ministerial, como no caso de Edmundo Navarro de Andrade – Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo (1930-31), dirigente da Sociedade Paulista de Agricultura e sócio da SRB – indicado para titular do DNPV; Arsene Puttermans – ex-diretor e catedrático da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) – nomeado para o *Instituto de Biologia Vegetal*, ou ainda Carlos de Souza Duarte – fazendeiro paulista, agrônomo formado pela Esalq e dirigente da Sociedade Paulista de Agricultura – indicado para a direção do estratégico Serviço de Fomento da Produção Vegetal, entre 1931 e 1934 (RMA, 1932-34 e RMA, 1941). Como se vê, a realocação dos grupos de interesse agrários começava a processar-se dentro do Ministério, que deixava de ser um organismo monopolizado pelos dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura, adaptando-se ao processo de reconfiguração do Estado brasileiro, mediante a absorção, em sua própria materialidade, dos conflitos latentes na tessitura social.

A segunda reforma ministerial de monta, ocorrida entre 1938-39, na gestão de Fernando Costa ¹¹ serviu para demonstrar a importância estratégica da cooptação política desse tipo de quadro, ratificando o papel desempenhado pelo MA na redefinição da correlação de forças do governo Vargas: o de articulador/minimizador de conflitos intraclasses dominante agrária. Para além da competência técnica e administrativa do novo titular da Pasta, importa ressaltar o destaque que atores sociais antes marginalizados do órgão federal adquiririam no pós-30, inscrevendo na própria agência não apenas interesses dos grupos específicos de que se faziam porta-vozes, como também seus respectivos *staffs*, provenientes de administrações estaduais anteriores ¹².

A “reforma Costa” baseou-se em três linhas-mestras: a) a manutenção dos Departamentos Nacionais criados na gestão anterior; b) a criação de novos

órgãos que, desses últimos desvinculados, garantiriam ao ministro o controle direto sobre áreas de ação requalificadas como prioritárias e c) o avanço do processo de centralização/nacionalização das decisões, mediante a criação de novos órgãos ou Serviços, dentre eles o citado Cnepa¹³; o Serviço de Publicidade Agrícola, que operou em íntima conexão com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na produção de material de difusão, sobretudo filmográfico, o Serviço de Economia Rural (SER), ao qual estiveram afetas as atribuições de implantar e registrar cooperativas agrícolas e padronizar todos os produtos agrícolas para a exportação¹⁴; o Serviço Florestal, e, finalmente, o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, todos eles em consonância com o duplo objetivo de diversificar e padronizar a produção agrícola, maximizando o espectro de produtos comercializáveis externamente. Ambas as diretrizes da política agrícola ministerial materializaram-se em particular no tocante ao Cnepa, que passou a integrar, para além da Escola Nacional de Agronomia, repartições específicas e tecnicamente significativas como a Escola Nacional de Química, o Instituto de Ecologia Agrícola, o Instituto de Experimentação Agrícola e um Laboratório Central de Enologia.

A partir de 1939 seriam igualmente implantados os Cursos de Aperfeiçoamento e Extensão (CAEs), destinados à qualificação e reciclagem de todo o funcionalismo do Ministério, obrigado, desde o decreto-lei nº. 23.196 de 1933, a ser diplomado em agronomia¹⁵ – e a Divisão de Terras e Colonização, extinta pela gestão Távora e reimplantada, agora, junto ao DNPV.

Foi, entretanto, sob a gestão do chamado “ministro das Cooperativas”, o mineiro Odilon Braga – ex- secretário da Aliança Liberal, articuladora do golpe de 1930 – que o Ministério da Agricultura sofreu sua terceira e última reforma no período, sendo aprimorados e redistribuídos alguns dos serviços, diretorias ou institutos preexistentes, aperfeiçoando a reforma anterior. O principal alvo da reforma foi o Cnepa, “menina dos olhos” da administração ministerial e um dos mais bem aquinhoados na distribuição interna de verbas da Pasta. O Centro seria desmembrado em duas grandes seções: a Universidade Rural – englobando a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária – e o Serviço Nacional de Pesquisas Agrícolas. A “reforma Braga”, de 1944, simplificou o número de Serviços autônomos do Ministério, criando apenas um novo: o *Serviço de Expansão do Trigo*, nova prioridade da agência. Através dessas alterações administrativas, percebe-se que o Ministério absorvia em sua ossatura as sucessivas redefinições de sua política agrícola, materializando em órgãos as principais demandas até ele canalizadas por entidades de classe organizadas junto à sociedade civil.

Quanto à segunda frente de ação do Ministério, o fomento à pesquisa agrícola, é fundamental mencionar a criação do já citado CNEPA, louvado por todos os sucessores de Fernando Costa na Pasta. Concebido como um grande pólo de irradiação científica, ele implicaria em obras vultosas, realizadas no Km 47 da Rodovia Rio-São Paulo, logo denominado “cidade agrônômica”. A ele caberia

[...] orientar, dirigir e coordenar *todas as pesquisas* que visem à Individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola, bem como aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando, no sentido positivo, o meio físico e criando, mediante seleção e cruzamento, os tipos das diferentes variedades de plantas cultiváveis, particularmente adaptáveis às diferentes regiões (BMA, out., 1940: 133).

O Cnepa determinaria as diretrizes a serem seguidas pelas instituições de pesquisa e experimentação agrícola já existentes no país, cujas iniciativas, até então autônomas e regionalizadas, deveriam enquadrar-se aos ditames do órgão, segundo a prioridade da experimentação no desenvolvimento de espécies novas de fibras e gêneros alimentícios de maior produtividade e rentabilidade produtiva. Tal tendência demonstra, por um lado, a mudança de eixo de atuação nas gestões de Juarez Távora (1932-1935) e Fernando Costa (1937-1941), apontando para a substituição da ênfase no controle e na padronização em matéria de pesquisa, para o da pesquisa experimental propriamente dita, ainda que a padronização tenha sido uma constante na pauta da atuação ministerial em todo o período. Por outro, revela a ampliação do raio de incidência dos acordos com as administrações estaduais que, inicialmente restrito aos estados de São Paulo, Minas, Paraíba e Sergipe, adquiriram nos anos 1940 uma feição bem mais nacionalizante, englobando quase todas as unidades da federação. Aqui, mais uma vez, depara-se com a dimensão propriamente política da elaboração de políticas econômicas em geral, haja vista ser o ministro Costa ex-Secretário da Agricultura de São Paulo, ex- diretor do Instituto Nacional do Café, além de grande cotonicultor e industrial do ramo têxtil no estado, bem como presidente honorário da Sociedade Rural Brasileira. A exclusão de São Paulo dos acordos de subordinação à diretriz centralizadora das pesquisas agrícolas imposta pelo Cnepa pode ser explicada pelo prestígio e pioneirismo do Instituto Agrônômico de Campinas no desenvolvimento da experimentação agrícola no país (Szmerencsanyi, 1996) que teve como contrapartida, na gestão do ministro Costa, a nomeação de um de seus ex-dirigentes – José de Mello Moraes – para a direção do recém-criado Centro ministerial.

O esforço diversificador consubstanciado na atuação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica ¹⁶ pode ser avaliado, por exemplo, a partir do número de Estações Experimentais e Campos de Sementes sob sua alçada e sua distribuição pelo território nacional. Em primeiro lugar, ressalta a interação permanente entre sociedade civil e sociedade política no intermitente processo de construção do Estado, uma vez que os setores e/ou grupos beneficiados pela atuação do Cnepa – mormente via seu Instituto de Experimentação Agrícola ¹⁷ – traduzem, simultaneamente, a conciliação política no atendimento a interesses de entidades de classe tão distintas quanto a Sociedade Nacional de Agricultura – representante dos segmentos de proprietários do eixo Nordeste/Centro-Sul – e a Sociedade Rural Brasileira – congregando os grandes cafeicultores, cotonicultores, industriais, pecuaristas e frigoríficos do estado de São Paulo. Tal aspecto pode ser confirmado observando-se a distribuição geográfica dos centros criados: enquanto cinco dos Campos de Sementes sediavam-se no Nordeste, seis das Estações Experimentais localizavam-se no Sudeste, quatro no Nordeste e quatro no Sul.

Ao mesmo tempo, constata-se o empenho dos quadros aparelhados no Ministério em expandir culturas que fossem essenciais à sustentação da economia nacional, colocando a agricultura como base para o próprio desenvolvimento industrial, a partir do fomento à produção de matérias-primas de excelente qualidade. Não por acaso verifica-se que, dos vinte e dois Campos de Sementes e Estações Experimentais criadas em 1939, seis dedicavam-se ao trigo, quatro ao algodão, três à cana-de-açúcar, quatro ao café, duas ao fumo e duas à fruticultura, mantendo-se a ênfase na maximização da produtividade dos gêneros alimentícios, o que é de todo coerente, não apenas com a conjuntura da 2ª Guerra então vivida, mas também com a nova concepção de “desenvolvimento” econômico em voga no período, marcada pela prioridade na redução das importações brasileiras.

Ainda quanto à relação sociedade civil/sociedade política ou, se preferirmos, Ministério da Agricultura e SNA/SRB, é importante atentar para o fato de que os estados mais aquinhoados com a instalação de Estações e Campos de sementes de qualidade foram, de um lado, Minas Gerais (06 unidades), Pernambuco (04 unidades) e Rio Grande do Sul (03 unidades) – cujos segmentos de proprietários vinculavam-se à SNA – e, de outro, São Paulo (03 unidades), voltados para produtos distintos como os cereais – a maior parte das estações e campos –, o café, o algodão e o trigo.

De uma forma ou de outra, ainda que sob a hegemonia da fração paulista da grande burguesia agrária brasileira, importa destacar a construção de uma

política de pesquisa agrícola de âmbito efetivamente nacional por parte do Ministério, referendada pela extensão, a todas as regiões do país, de sucursais da agência, como ocorreu, por exemplo, com os Serviços do Fomento da Produção Vegetal (um por estado), as Inspetorias de Defesa Sanitária Animal (num total de 7), redefinindo-se o próprio conceito de “regiões” do país, bem como aquelas de Defesa Sanitária Vegetal (num total de 8, dentro do mesmo espírito), além das Inspetorias Agrícolas estaduais (decreto-lei 982 de 23 de dezembro de 1938) ¹⁸.

E aqui se imbricam dois dos cinco eixos de ação do Ministério acima mencionados: o fomento à pesquisa agrícola e o esforço em prol da padronização dos produtos agrícolas comercializáveis visando à sua valorização nos mercados internacional e interno, mediante a criação de “tipos nacionais”, ainda que isso significasse a crescente ingerência do poder público junto à órbita produtiva e mercantil privadas, exercendo atribuições antes afetas às Bolsas de Mercadorias, golpeadas em algumas de suas prerrogativas. Logo, ainda que a padronização obrigatória dos produtos exportáveis brasileiros fosse uma antiga reivindicação de agremiações tão distintas quanto a SNA, a SRB ou a União dos Lavradores de Algodão de São Paulo (ULA) ¹⁹, o Ministério atenderia a todas as entidades, porém chamando a si a tarefa de definir e classificar os tipos, disseminando-os em nível nacional ²⁰ e sobrepondo-se a regionalismos.

A atuação padronizadora do Ministério pode ser aquilata pelo crescente controle por ele exercido sobre a iniciativa privada, sobretudo junto ao setor industrial, cujo número de estabelecimentos fiscalizados pela agência mais que quadruplicou – no tocante a fábricas de laticínios (de 540 em 1932, para 791 em 1942) – ou mais que triplicou – no que concerne a frigoríficos e fábricas de embutidos (passando de 540 em 1932 para 461 em 1942) (RMA, 1932-43). Também quanto à configuração dos tipos de frutas exportáveis, a ação padronizadora do Ministério seria crescente, tendo mais que dobrado o número de empresas exportadoras obrigadas a cadastrar-se junto ao órgão, submetendo-se à sua fiscalização. ²¹

Se as linhas gerais da política agrícola brasileira do período 1930-45 esboçaram-se a partir dos dados até aqui apresentados, cabe agora considerar os recursos com que contou o Ministério da Agricultura para implementá-las. Quanto a esse aspecto, sabe-se que ao longo da 1ª República, o então Maic contou apenas com algo em torno de 5,6% anuais do orçamento geral da União, constituindo-se na penúltima verba do Executivo àquela época (Mendonça, 1997:157). Com a recomposição dos quadros da agência no pós-30, mediante

a absorção de porta-vozes da grande burguesia paulista, seria de supor uma elevação das verbas ministeriais, capaz de respaldar as novas diretrizes então definidas.

Entretanto não foi esse o resultado apurado pela pesquisa. Entre 1931 e 1945, o Ministério continuaria ocupando lugar subalternizado quanto à sua dotação orçamentária, indicando, à primeira vista, um descompasso entre o discurso através dele veiculado e as práticas efetivadas. De fato, ainda que não mais ocupando o penúltimo lugar no Orçamento Geral da União, a Pasta oscilava entre a sétima e a oitava posição no “*ranking*” das verbas destinadas aos ministérios, somente voltando para a penúltima colocação entre 1944-45, quando superado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Considerando-se, no entanto, a progressão crescente do orçamento como um todo no período posterior a 1930, pode-se inferir que, em termos brutos, os recursos de que dispôs o MA, na nova conjuntura, foram proporcionalmente superiores àqueles com que havia contado no período anterior²². Transformando-se as verbas destinadas à agricultura em índices, verifica-se que elas saltaram de 100 (tomando-se 1931 como ano-base) para 299 em 1939 e 750 em 1945²³.

Além disso, tão ou mais importante do que considerar o total dos recursos do Ministério no período, é verificar como foi ele distribuído entre suas principais repartições, o que revela, de imediato, uma continuidade flagrante com o padrão de aplicação de recursos vigente durante a 1ª República, apenas com sinais ligeiramente invertidos. Enquanto naquele período o principal beneficiado havia sido o Serviço da Indústria Pastoral, seguido pelo de Inspeção e Fomento Agrícola, no pós-30 predomina, de forma absoluta, o *Departamento Nacional da Produção Vegetal*, ao menos até 1940, de todo coerente com a diretriz diversificadora acima analisada. Coerente também é o fato de a ele seguir-se, quanto à participação percentual, o Departamento de Produção Animal, longinquamente secundado pelo de Produção Mineral.

Somente a partir de 1940, com a reforma Fernando Costa, observam-se alterações significativas nesse padrão de distribuição orçamentária interna, despontando como pólo expressivo da alocação de recursos o Cnepa, principal beneficiário das receitas ministeriais, o que traduziu, na concretude, a ênfase à pesquisa e experimentação agrícolas como prioridades da política diversificadora. O DNPV, entretanto, não deixaria de disputar o posto de segunda verba ministerial, voltando a liderá-la entre 1943 e 1945 que, não casualmente, é o período correspondente ao final da 2ª Guerra Mundial. O DNPA ocuparia

com constância a terceira posição nesse quadro, denotando certa perda de prestígio político dos grupos de interesse vinculados à pecuária, se comparada com o papel ocupado pelo Serviço de Indústria Pastoril na 1ª República. Já o Serviço de Informação Agrícola, tão destacado nas falas oficiais como poderoso coadjutor das práticas do Ministério, comparece com uma participação percentual modesta, oscilando entre 2,5% e 1,2% entre 1940 e 1945.

A análise da distribuição interna dos recursos do Ministério demonstra, ainda, aspectos interessantes acerca das políticas agrícolas por ele implementadas, a começar pela rubrica que, mais constantemente, emerge como principal participante nas despesas gerais: “Máquinas, ferramentas e utensílios”, instrumentos-chave da diretriz diversificadora/modernizadora da Pasta e que se destinavam tanto a vendas, empréstimos e doações, quanto à difusão de sua utilização, através de uma instituição paradigmática – os *Campos de Demonstração*, apresentados adiante. Em ambos os casos, o MA parecia atuar como propagandista de uma industrialização para a agricultura – quando de fato expandia-se uma agricultura industrializada – vulgarizando marcas e produtos, nacionais e importados, julgados adequados à pretendida modernização agrícola, renomeada, nos anos 40, como *ruralização da economia* (BMA, set., 1943: 197).

Dois outros destaques são as rubricas “Material para Laboratório e Transformação” e “Acondicionamento, Transporte e Armazenamento”. No primeiro caso, revela-se o crescente aparelhamento do Ministério para as atividades de pesquisa, análises e experimentação, mormente após 1940, quando a verba ascende de modo significativo, coincidindo com a instalação do Cnepa e a busca do aprimoramento da qualidade comercial da produção agrícola brasileira, haja vista as já citadas inspeções e análises realizadas pelas sucursais regionais dos Departamentos de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (Dipoa) e de Origem Vegetal (Dipov) implantadas em todo o país²⁴. O projeto de centralização das decisões e de descentralização das práticas do Ministério avançava, valendo ressaltar que a obrigatoriedade de registro junto ao órgão estendeu-se não apenas aos estabelecimentos industriais, como também a abatedouros, viveiros de plantas cítricas para mercado externo e firmas exportadoras de frutas, os dois últimos controlados pelo recém-criado *Serviço de Frutas Cítricas* do Dipov, em março de 1938.

Quanto à terceira rubrica citada – Serviço de Informação e Fomento Agrícola – embora não revelando aumento expressivo de suas dotações ao longo do período, destaca-se pela relativa constância em termos de sua participação

percentual, traduzindo o empenho do Ministério no estabelecimento de tipos comerciais padronizados dos mais diversos produtos agropecuários, seguindo o disposto pelo decreto-lei nº 334 de 15 de março de 1938, proposto pelo Conselho Federal de Comércio Exterior²⁵. A intervenção padronizadora ficava a cargo do Serviço de Economia Rural (SER), uma das mais ativas divisões do órgão federal, em colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Um de seus resultados mais concretos consistiu na padronização de um total de vinte e sete produtos, no ano de 1939, que se elevaria para quarenta e seis, em 1943.

Instrumentos da Política e da Politização

QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES e adubos, elementos indispensáveis à diretriz coadjuvante da política da agência, suas verbas revelaram-se estáveis no pós-30, com ligeira vantagem para aquelas destinadas ao último item, entre 1943 e 1945, quando a dotação média da rubrica triplicou. A tradução concreta desse tipo de ação fomentista revela-se na observação das principais regiões por ela beneficiadas. Desse modo, a constelação de forças políticas aquinhoadas pelo Serviço de Sementes correspondeu, tal como na 1ª República, aos segmentos representados pela SNA, congregando, principalmente, proprietários dos complexos agrários do Nordeste e Sul: os estados mais beneficiados por esse tipo de serviço foram o Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Alagoas, secundados por aqueles dos estados do Pará e Paraíba. Agregando-se a isso informações segundo as quais os maiores volumes de sementes distribuídas entre 1931 e 1945 foram as de algodão, trigo, milho (de 6,2 a 17,2%), arroz (3,1 a 10,6%) e feijão (1,1 a 9,8%), tem-se que a diversificação agrícola para os mercados interno e externo não deixou de beneficiar os quadros políticos predominantes junto à Pasta da Agricultura até 1930, malgrado a incorporação de porta-vozes de novos grupos de interesse.

Igualmente expressivo é destacar o crescimento da participação percentual das sementes de fibras diversas distribuídas pelo Ministério que, de um montante de 1,4% do total fornecido em 1939, passou a contar com 5,6% das distribuições realizadas em 1943, demonstrando o empenho da agência em fomentar matérias-primas alternativas ao algodão, tanto para a indústria nacional, quanto para a estrangeira.

Outra prática diversificadora do Ministério consistiu na venda e distribuição de mudas, não sendo possível verificar sua destinação regional, porém apenas

os totais brutos por espécie, os quais evidenciam que, enquanto em inícios da década de 1930 as mudas de cana preponderavam dentre o total fornecido, em 1943 tal primazia havia se deslocado para as de cereais, integrando-se ao “esforço de guerra” (BMA, 1934: 56 e RMA, 1943: 193). O mesmo aconteceu com o volume de adubos, fungicidas e inseticidas distribuído, sendo possível constatar a ascensão do *quantum* repassado aos proprietários, que saltou de 27 toneladas em 1934 para 1.600 t. em 1944 (RMA, 1945: 345).

Resta lembrar que o incentivo à prática da adubação consistia em peça expressiva do esforço diversificador, não somente pela melhoria das espécies intentada pelo Ministério, como também pelo incentivo à instalação de fábricas nacionais – de propriedade privada e também estatal, como no caso da fábrica Ipanema de adubos fosfatados, situada em São Paulo – voltadas para a produção de insumos agrícolas²⁶, transformando-se o Ministério, já então, num agente da capitalização do campo no Brasil. Não é demais acrescentar que a participação percentual média da rubrica “Adubos e Fungicidas” no total das despesas do Ministério foi de cerca de 3,3% ao ano, ainda que tenha saltado de 2,5%, em 1938, para 6,4% em 1945.

O apoio do MA ao processo de subordinação da agricultura à indústria, então em curso, contou ainda com outro elemento: a distribuição de vacinas e soros aos produtores desejosos de “modernizarem-se”. A verba destinada a tal rubrica é ilustrativa do tipo de prática que a agência implementava junto aos proprietários (cerca de 5,8% em 1938). Porém não há dúvidas quanto ao escopo da política ministerial: a construção e vulgarização da necessidade do consumo de insumos agrícolas com vistas ao favorecimento da indústria nacional, ainda que semelhante projeto se vestisse do rótulo de “modernização da agricultura”. Essa prática, em particular, demonstra o comprometimento do Ministério com os grupos pecuaristas organizados junto à Sociedade Nacional de Agricultura, uma vez que seria o Rio Grande do Sul – e não São Paulo – seu principal beneficiário (RMA, 1944: 413).

O compromisso do Ministério com segmentos de produtores ligados à pecuária pode ser ainda avaliado a partir da disseminação, por todo o país, das suas *Estações de Monta*, pólos dispersores de animais de raças finas, emprestados para cruzamento aos criadores mais próximos, visando ao aprimoramento dos rebanhos. É significativo que o total das despesas do órgão com a aquisição de animais de remonta tenha atingido a média anual de 4,2%, de modo a renovar as espécies de seu plantel, agregando-se a isso que o número dessas sucursais do Ministério tenha crescido, em dezenove anos, mais de 1.300 vezes.

Completando o quadro geral das políticas agrícolas ministeriais no pós-30, resta analisar três outras de suas modalidades, diretamente referidas à mediação do Estado entre proprietários e trabalhadores: os Campos de Cooperação; os Aprendizados Agrícolas e a Cooperativização Rural. Em princípio, todas elas representam, com ligeiras alterações, uma continuidade com práticas já verificadas na 1ª República, embora adquirissem, agora, um caráter mais sistematizado.

Começando pelos Campos de Cooperação, verifica-se que sua finalidade e princípios pouco se alteraram posteriormente a 1930, preservando-se como uma modalidade de assistência técnica prestada pelo Estado diretamente aos grandes proprietários, mediante contratos anuais. Durante sua vigência, o Serviço de Fomento forneceria as máquinas necessárias às operações agrícolas, as sementes selecionadas, além da assistência permanente de um agrônomo, cabendo o total da produção obtida ao “cooperado”, sempre em nome da “missão” de fazer “*passar o agricultor da rotina para a lavoura mecânica, menos rude e mais compensadora*”. (RMA, 1939: 13).

A partir de 1937, no entanto, os Campos de Cooperação, passaram a denominar-se Campos Anuais e tiveram sua tipologia desdobrada, acrescida de três novas modalidades: *Campos de Cooperação Permanente*; *Campos de Demonstração Rápida* e *Campos de Cooperação Fiscalizada*. Os primeiros, implantados em colaboração com prefeituras municipais, transformar-se-iam em estabelecimentos especializados na produção de sementes e mudas, constituindo-se em pólos locais dispersores de matrizes de alta qualidade, superando o inconveniente anterior de serem elas geralmente adquiridas em regiões distantes daquelas onde seriam utilizadas. Nessa nova modalidade de Campos, o Ministério privilegiou produtos como o algodão, trigo, centeio, milho e arroz, dando preferência a proprietários dos estados do Nordeste e do Sul²⁷. Já os Campos de Cultura Fiscalizada, criados em 1941, eram definidos como

[...] o tipo apropriado aos meios rurais mais adiantados, onde as máquinas de desbravamento do terreno, de preparo do solo, de semeadura e trato culturais já são de uso corrente. São legítimas *escolas de encorajamento para a prática de culturas pouco familiares ou muito dispendiosas* e que exigem máquinas caras e mão-de-obra especializada (RMA, 1942: 18).

Nessa modalidade, o Fomento participaria com as sementes selecionadas, além da orientação técnica e das máquinas de colheita e/ou beneficiamento, buscando obter sementes excepcionais a serem adquiridas pelo próprio Ministério ou por ele

recomendadas a particulares. Apreciados em seu conjunto, observa-se que, a despeito de mais onerosos para o Ministério, foram os Campos de Cooperação Anuais os que responderam pelos maiores totais, seguidos pelos de rápida execução e os de cultura fiscalizada – igualmente contratados com particulares²⁸.

A iniciativa não somente espelha o relativo sucesso dessa atuação do Ministério junto à iniciativa privada – considerando-se que nos anos extremos da série seu montante quase quintuplicou – como também, seu papel como *locus* articulador dos interesses de entidades de classe distintas – como a SNA e a SRB –, haja vista serem os proprietários do Nordeste e do Espírito Santo os mais aquinhoados pela iniciativa, que chegou a prestar assistência técnica a grandes proprietários de várias procedências regionais ou setoriais, “minimizando custos” e, por extensão, maximizando os ganhos do capital privado, ao mesmo tempo em que difundindo o uso de insumos industriais agrícolas. Nas palavras do próprio titular da Pasta, acerca da questão,

O número e a área dos campos de cooperação demonstram, de forma concludente, que as atividades do Fomento, precedendo e guiando as iniciativas particulares, servem de estímulo e preparam o terreno para a maior expansão econômica (RMA, 1942: 55)

De uma forma ou de outra, vale a pena destacar um aspecto crucial da prática de instalação dos Campos de Cooperação Anuais: a acentuada ênfase conferida pelo Ministério ao desenvolvimento das fibras, as mais variadas – do rami ao sisal –, uma vez que no ano de 1942, o Relatório do Ministro destaca um quantitativo, em separado, para os campos dedicados com exclusividade à produção dessas sementes, onde preponderam os estados de Pernambuco (145), Ceará (47), Alagoas e Paraíba (41 cada), de um total geral de 318 Campos (RMA, 1942, 234).

Bem mais modestos foram os resultados da montagem dos *Campos de Cooperação Permanente* ou “viveiros de sementes”, cujo total, entre 1930-1942, foi apenas de 348, o que significa dizer que somente igual número de prefeituras alinhou-se à iniciativa ministerial, sobretudo aquelas dos estados do Paraná, Rio Grande do Norte e Pará, secundadas pelas de Santa Catarina, Goiás e Bahia. O espectro regional da disseminação desse tipo de prestação de serviço pelo Ministério é bem mais variado que o acima analisado, privilegiando tanto regiões de concentração de pequenas propriedades e colonização estrangeira, quanto novas fronteiras agrícolas, como no caso goiano (RMA e BMA, 1939-1943: *passim*).

Mesmo os Campos de Cultura Fiscalizada, que, por sua própria definição administrativa, implicavam o uso intensivo de máquinas de semeadura,

arroteamento e mesmo beneficiamento, foram mais numerosos que os Permanentes, i.e., com parceria das municipalidades, revelando o incentivo do Ministério à difusão de tecnologia, mediante o empréstimo de instrumentos e aparelhos, bem como dos técnicos necessários ao ensino de seu manejo. Os Relatórios Ministeriais revelam a concentração desse tipo de iniciativa junto a segmentos de proprietários dos estados do Sergipe (474), Pernambuco (428) e Paraná (413) entre 1941-42, mais uma vez contemplando frações da classe dominante agrária agremiados junto à Sociedade Nacional de Agricultura, sendo seu número total de 1658 Campos (RMA, 1941 e 1942).

Os Campos de Cooperação Rápida, por seu turno, definiam-se como voltados ao “pequeno lavrador” e implicavam a execução de trabalhos parciais referentes a uma dada cultura, tais como o preparo do terreno, o combate a pragas ou a colheita mecânica, junto aos quais atuavam as sucursais regionais da agência e seus agrônomos. Entre 1941 – quando de sua criação – e 1942, o número desse novo tipo de campos elevou-se de 593 para 2.474, distribuindo-se entre os estados do Ceará (60% deles), Bahia (20%) e Acre (10%) (RMA, 1941 e 1942).

No que diz respeito à chamada “qualificação da mão-de-obra rural”, a iniciativa do Ministério da Agricultura continuaria a fazer-se em solução de continuidade com aquela desenvolvida durante a Primeira República, mediante a manutenção dos Aprendizados Agrícolas (AAs). Encarregados de ministrar um curso único e regular, com duração de dois anos, os AAs eram tidos como capazes de fornecer “a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas” (RMA, 1933-34: 57).

Paralelamente a tais noções e supondo substituir-se a escola primária rural, manteriam um curso de primeiras letras, cujos rudimentos contribuíssem para o aprimoramento da “qualificação técnica” de seu público-alvo: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores e disponíveis para o internato. À guisa de remuneração pelos serviços prestados, atribuíam-se uma diária a cada interno, mantida sob a guarda do diretor de cada estabelecimento, juntamente com o produto da renda obtida pela venda dos gêneros aí produzidos às comunidades vizinhas. Comparando os períodos compreendidos entre 1911-1928 e 1935-1940, vê-se que o total de internos elevou-se sensivelmente, já que, no primeiro caso, o Ministério manteve entre 5 e 8 Aprendizados, quando se matricularam entre 150 e 250 menores-ano, ao passo que no segundo, chegaram a abrigar 6.482 menores, numa média de

1.080 alunos-ano. Ou seja, sua capacidade de arregimentação da clientela praticamente quintuplicou.

Outro ponto relevante, já que a instalação dos AAs havia sido uma das mais veementes demandas da SNA desde a década de 1910, diz respeito à sua distribuição, concentrada, igualmente, nos estados cujos proprietários eram por ela agremiados, como nos casos do Rio Grande do Sul (838 alunos); Paraíba, Minas Gerais e Bahia (todos com mais de 700 alunos) e Pará (na casa dos 600 alunos). Por certo, observa-se que foi aquele primeiro estado que se beneficiou com a maior população de jovens internos. No entanto, caso se some o total de alunos dos AAs no ano de 1940, observa-se que o Nordeste concentrou 809 deles, cerca de 68,7% dos matriculados. A demanda por mão-de-obra qualificada, oriunda de proprietários nordestinos agremiados pela SNA seria, mais uma vez, priorizada pelo Ministério da Agricultura que, mesmo integrando porta-vozes da grande burguesia paulista, dedicava-se, tal como antes, a absorver e neutralizar os conflitos intraclasses dominante agrária brasileira.

Igual continuidade nas políticas de arregimentação de mão-de-obra praticadas pelo Ministério verifica-se ao observarmos a instituição dos Patronatos Agrícolas (PAs). Esses, conquanto vinculados às demandas da classe proprietária apenas de modo indireto, posto referirem-se à solução do problema dos menores abandonados das cidades, achavam-se sob a alçada do Ministério no tocante ao encaminhamento das crianças apreendidas por delegados e juizes das grandes capitais do país. Esses menores eram dirigidos para estabelecimentos situados nas divisas de grandes propriedades rurais, passando a funcionar como “viveiros de mão-de-obra” semiquificada, graças à intervenção ministerial (RMA, 1938: 343-344). A importância da manutenção dessa linha de atuação da agência pode ser aquilatada pelo fato de que, entre 1933 e 1943, o número de menores encaminhados aos Patronatos passou de 2.066 para 3.364. Mantiveram-se, igualmente, as mesmas regiões receptoras dessas instituições: os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul (RMA, 1933 e 1943).

Resta tecer alguns comentários a respeito do quinto eixo da política agrícola praticada pelo Ministério da Agricultura após-30: a cooperativização agrícola. Os pioneiros na difusão da doutrina cooperativista no Brasil foram alguns agrônomos que, para além da formação acadêmica comum – todos eles diplomados pela Escola de Agronomia do Rio de Janeiro – tinham como outro ponto de semelhança o fato de serem funcionários da Pasta, sem qualquer ligação direta com a propriedade rural. Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, José Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho foram os idealizadores de uma nova

ordem social para o campo, baseada na cooperativa/sindicato como fatores de *incentivo à solidariedade e colaboração entre as classes* e de superação do êxodo rural. Em nome do “igualitarismo social”, concebia-se um sistema integrado, que funcionaria como elemento de subordinação da pequena produção agrícola aos ditames do mercado, a ela impondo características homogeneizadoras, através da cooperativa. À diferença de outros projetos, no entanto, este seria marcado por uma dupla peculiaridade: sua abrangência nacional e seu caráter público.

Esses técnicos prescreviam a intermediação do Estado entre produtores rurais de distintos portes e relações com a propriedade da terra, conciliando e enquadrando interesses bem pouco afins. A despeito de suas escassas realizações ao longo da 1ª República, que se limitaram muito mais à construção de um ideário, seu trabalho encontrou viabilidade no imediato pós-30, constituindo-se na posição vencedora, junto ao próprio Ministério da Agricultura, em contraposição àquela que propugnava o sindicalismo-cooperativista, ligada ao grupo de Juarez Távora. Com a implantação do Estado Novo e o afastamento desse grupo, o chamado “cooperativismo livre” ganharia espaço, com a adesão de representantes do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) de São Paulo.

Superada essa tensão, a política de cooperativização agrícola do MA produziria resultados consistentes a partir de 1938, sendo curioso observar que a historiografia especializada utiliza o tipo de material aqui pesquisado de forma parcial e incompleta, sendo comum tomar-se os totais referentes a 1930 para daí serem inferidas conclusões tidas como válidas até a década de 1960, sem menção alguma à precária qualidade dos dados então produzidos, referidos, na maioria das vezes, às cooperativas em geral, e não às cooperativas agrícolas, em particular. Assim, por exemplo, no ano de 1938, de um total de 389 cooperativas criadas, 292 eram cooperativas agrícolas (RMA 1939: 345).

Malgrado a literatura dedicada ao tema refira-se ao “descaso” do poder público quanto à cooperativização agrícola dos estados do Nordeste entre 1930 e 1945 (RIOS, 1987: 47-9), essa pesquisa revelou que eles foram objeto privilegiado da ação do Ministério, ainda que dentro da correlação de forças políticas que deu sustentação ao Estado Novo. A maior incidência de cooperativas de produção agrícola verificou-se nos estados do Rio Grande do Sul (95,8% do total); Santa Catarina (93,8%); Espírito Santo (91,7%); Rio de Janeiro (85,8%); Rio Grande do Norte (75,0%) e Ceará (72,8%). Outros estados, embora apresentando números expressivos de cooperativas agrícolas, encontram-se em faixas bem inferiores a 70%, como São Paulo, que, embora

acusando elevado número de cooperativas, contava somente com 52,7% como sendo de produção. Paralelamente a isso, há unidades da federação com índices de 100% de cooperativização agrícola – tais como Amazonas, Pará, Sergipe e Bahia –, porém com totais brutos de pequena monta (entre 1 e 6 cooperativas). Vale ressaltar, no entanto, serem os estados nordestinos os que contaram com os mais altos índices de participação das cooperativas agrícolas sobre o total registrado no Ministério, oscilando entre 75% e 93%.

Sociedade Civil e Sociedade Política na configuração dos quadros ministeriais

COM BASE NOS BOLETINS DO MINISTÉRIO da Agricultura e em informações dispersas ao longo dos Relatórios de Ministros, cotejadas com a leitura da série completa de A Lavoura (publicação da SNA) e da Revista da SRB, procurou-se realizar o mapeamento dos ocupantes dos principais cargos da alta hierarquia administrativa ministerial, passo indispensável para a verificação de uma das hipóteses de trabalho anteriormente enunciadas, referente à preponderância de proprietários ligados à SNA nessas posições. Ainda que os Almanaks do Pessoal da Pasta tenham sido localizados apenas de modo pontual²⁹ e que o mais novo periódico da agência – a Revista *Nossa Terra*³⁰ – tenha sido publicada somente entre 1938 e 1941, tais fontes foram suficientes para complementar os dados sobre a distribuição dos principais agentes integrantes da alta administração do MA.

Para melhor fundamentar as principais conclusões a que se chegou no que tange a continuidades e discontinuidades verificadas no preenchimento dos quadros superiores do Ministério – ou, em outras palavras, na inter-relação Estado/classe dominante agrária no Brasil do período pós-30 – fez-se mister cotejar as informações coletadas com os cargos ocupados.

A principal conclusão resultante da análise desse material remete a uma relativa inflexão na composição dos quadros de alto escalão do Ministério, se comparados com o verificado na Primeira República já que, após 1930, eles passaram a contar com novas características. A primeira refere-se ao fato de que o controle da alta administração da Pasta passou a ser partilhado por representantes da SNA e aqueles oriundos da principal agremiação classista de São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), indicando uma nova correlação de forças, tanto no seio da agência do poder público, quanto na própria sociedade civil. O Ministério adquire, agora, uma composição mais abrangente e neutralizadora das tensões pelo próprio Estado, marca peculiar da história

política brasileira do período, mormente no que tange ao Ministério da Agricultura.

Tal mudança determinou, conforme já visto, reflexos importantes nas políticas agrícolas emanadas da Pasta pois, se ao longo da República Velha, destacaram-se, dentre elas, aquelas materializadas no amparo técnico-científico a segmentos bastante específicos, beneficiando proprietários ligados aos complexos açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero, oriundos do Nordeste, Rio de Janeiro e Sul – mediante a criação de repartições destinadas ao fortalecimento dos grupos agrários responsáveis pela re-criação do Ministério, tal como o Serviço do Algodão, por exemplo ³¹ – não era mais essa a situação no novo período.

A inserção de porta-vozes da grande burguesia paulista junto a cargos estratégicos do Ministério (12,8% do total de nomes apurados) – dentre eles José Arruda Albuquerque na direção do Serviço de Economia Rural (SER) ³²; José de Mello Moraes à testa do Cnepa e Carlos de Souza Duarte à frente do DNPV ³³ – se, por um lado, traduziu uma descontinuidade na composição dos quadros ministeriais, por outro não implicou a minimização do papel político dos membros da Sociedade Nacional de Agricultura junto à Pasta. Basta observar que dos 55 nomes que integram o universo pesquisado, 32, ou seja, 58,1%, pertenciam à diretoria da agremiação, que continuou ocupando posição política relevante junto à Pasta, interferindo diretamente na condução da política agrícola brasileira.

Prova disso é que, malgrado certas diretrizes desta última tenham sido definidas a partir de negociações com a grande burguesia paulista – como nos casos da diversificação agrícola voltada para a exportação ou da relativa ênfase à pecuária (já que a Sociedade Rural Brasileira era hegemônica por proprietários do setor) –, os segmentos agrários articulados à SNA não poderiam ser delas excluídos. As Estações Experimentais sediadas em regiões nordestinas e gaúchas, destinadas à pesquisa e ao aprimoramento de espécies alternativas de fibras têxteis e de oleaginosos, foram um exemplo disso. Outro exemplo foi a fixação dos pólos de concentração da colonização estrangeira nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (agremiados pela SNA), que não poderiam ser deixados de lado na nova correlação de forças, ainda que a demanda por trabalhadores veiculada pela SRB continuasse presa ao estímulo à imigração.

A presença ainda expressiva de representantes da SNA junto ao alto escalão ministerial após 1930 é um dado palpável, sendo possível constatar até mesmo um dado padrão de continuidade de agentes no preenchimento de cargos, em

comparação com a situação vigente na 1ª República. É o caso de certos agentes que se “perenizaram” no Ministério, conquanto alternando-se na chefia de seus mais diversos organismos. Exemplos significativos são os do agrônomo fluminense e presidente da SNA por todo o período 1930-50, Arthur Magarinos Torres Filho; de Fábio Luz Filho, funcionário do Serviço de Fomento Agrícola desde 1924 e que permaneceu ligado à causa cooperativa, ocupando a Diretoria de Propaganda Cooperativista (1935-1943) ou mesmo de Mário Saraiva, médico e agrônomo baiano que havia chefiado o então Instituto de Química, ocupando, agora, a direção da Escola Nacional de Química.

Outro aspecto relevante desnudado pela pesquisa foi a configuração de “dinastias” de porta-vozes da SNA em consonância com o Ministério, como no caso de nomes como os de Álvaro Simões Lopes – filho do ex-ministro gaúcho e ex-presidente da SNA, Ildefonso Simões Lopes; ou da família Magarinos Torres – Antônio e Francisco, irmãos de Arthur Torres Filho – respectivamente, diretor da Dipov e diretor geral do DNPV. Além disso, verificou-se igualmente a circulariedade e/ou o acúmulo de funções por parte de determinados agentes da SNA junto ao primeiro escalão do MA, como Bemvindo Novaes – diretor do Departamento de Ensino e Propaganda entre 1935-36 e diretor da Escola Nacional de Agronomia em igual período –; do agrônomo paraibano Alpheu Domingues – diretor do Serviço Florestal entre 1933-34/1941-43 e diretor do Serviço de Plantas Têxteis entre 1935-36 ou mesmo de Heitor Silveira Grillo – diretor da Escola Nacional de Veterinária entre 1933-36 e diretor geral do Cnepa, após o afastamento do paulista Mello Moraes (BMA, 1933-1943; Almanak do Pessoal, 1933, 1934 e 1943; Nossa Terra, 1938 - 1941; ENA, 1960; Esalq, 1970).

Logo, malgrado absorvendo e contemplando outros grupos de interesse organizados no âmbito da sociedade civil, sobretudo aqueles vinculados à grande burguesia paulista, a reconfiguração das forças políticas internas ao Ministério da Agricultura após 1930 constituiu-se em paradigmática do processo de estatização de conflitos, típico da reordenação do Estado em casos de capitalismo autoritário como o brasileiro. Também expressivo, no período posterior a 1930, foi o crescimento do número de agrônomos que passaram a integrar a alta burocracia do Ministério, aprofundando uma tendência à especialização ainda incipiente na Primeira República. É digno de nota que os diplomados pela Escola de Agronomia do Rio de Janeiro (até 1933 denominada Esamv e após essa data ENA) ou pela de São Paulo (Esalq) tenham vindo a constituir-se na imensa maioria dos quadros dirigentes da Pasta da Agricultura, representando

76,4% do total de 55 nomes elencados. Não por acaso esse foi o período em que a legislação específica impôs a obrigatoriedade do diploma em Agronomia como pré-requisito para o ingresso na administração ministerial (BMA, 1945, jan: 45). Ainda quanto a esses profissionais foi possível constatar o privilégio conferido àqueles habilitados pela Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro (ENA), em detrimento dos diplomados pela instituição congênere de São Paulo, a Escola de Piracicaba. Subordinada ao próprio Ministério, a escola da Capital Federal teria por função primordial preparar os quadros técnicos especializados indispensáveis à gestão estatal da agricultura (Mendonça, 1999).

A vinculação existente entre os agrônomos e o Ministério da Agricultura era de tal forma visceral que, em abril de 1937, uma tentativa do Governo Federal visando à transferência do ensino agrônômico do âmbito do MA para o do Ministério da Educação – devido a injunções perpetradas pelo Ministro Capanema junto à presidência – seria frustrada pela forte mobilização da categoria, através do Sindicato Nacional dos Agrônomos, chegando a envolver a imprensa em seu protesto:

A passagem do ensino agrícola e veterinário para o Ministério da Educação e Saúde, na presente oportunidade, é duplamente inconveniente, por isso que, além de retardar a evolução dos referidos ensinamentos em nosso país, vem prejudicar seriamente o plano de aperfeiçoamento do serviço público civil no relevante setor da produção vegetal e animal do país [...]. O Sindicato Nacional dos Agrônomos vem exprimir seu integral desapoio e veemente protesto contra os objetivos do movimento que se esboça, lembrando a conveniência de serem ouvidos a respeito os órgãos competentes do Ministério da Agricultura (Correio da Manhã, 03-04-1937:3)

À Guisa de Conclusão

A PARTIR DOS ANOS 1930, o processo de redefinição do bloco no poder inaugurado pelo movimento de outubro, implicaria não somente a reformatação do aparelho de Estado brasileiro, como também no redesenho de suas atribuições, dentre as quais se destacaria aquela de absorver, em sua própria ossatura material, os conflitos latentes intraclasse dominante agrária. Sob este aspecto, o Ministério da Agricultura, mais uma vez, se revelaria estratégico, já que dessa absorção de conflitos resultaram continuidades e discontinuidades em sua política agrícola, oriundas da tensão permanente verificada entre os novos grupos de interesse junto a ele aparelhados, e aqueles tradicionalmente junto a ele encastelados.

Nesse sentido, enquanto a continuidade pode ser verificada a partir de aspectos como a manutenção da política de diversificação agrícola – tal como definida pela SNA –, ainda que aprofundada, de modo a contemplar os segmentos paulistas agro-industriais, a descontinuidade ocorreu, por exemplo, na definição de uma política de pesquisa agrícola de ponta, comandada por porta-vozes desses últimos, ainda que sem poder deixar de lado os grupos agrários organizados pela SNA.

Referências Bibliográficas

- ALVEAL, C. *Estado e Políticas Agrícolas na Era Vargas: O Ministério da Agricultura*. Comunicação ao XIX Simpósio Nacional de História. Belo Horizonte: Anpuh, 1997, mimeo.
- ALBUQUERQUE, R. et alii. *O Setor Público de Pesquisa Agrícola no Estado de São Paulo*. Campinas: IE/UNICAMP, Relatório de Pesquisa nº 3, Maio, 1985.
- BRASIL. *Coleção de Leis da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930-1945.
- BRASIL. *Comércio Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1930-1945.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatórios (RMA)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1930-1945.
- . *Boletins (BMA)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930-1945.
- . *Almanak do Pessoal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, 1932, 1933, 1943.
- . *Anuários*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937-1943.
- . *Nossa Terra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1941.
- . *Boletim da Escola Nacional de Agronomia. Jubileu Comemorativo de sua Fundação (1913 - 1938)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- BRASIL. *Orçamento Geral da União*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937-1945.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: 1930-1945.
- FAUSTO, B. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo III, vol. I, 1985, pp. 193-248.
- DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, A. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- . *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRIGNON, C. *L'Ordre des choses. Les fonctions sociales de l'enseignement technique*. Paris: Minuit, 1971.
- LIMA, J. P. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961.
- LOVE, J. *São Paulo in Brazilian federation (1889-1937)*. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- MENDONÇA, S. R. *Saber e Poder no Brasil: o ensino agrícola na Primeira República*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, Niterói: Dezembro, 1993, mimeo.
- . *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- . *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- . *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro (1930-45)*. Niterói: Eduff, 2002.
- MUELLER, C. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1981.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1991.

- PELAEZ, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RIOS, G. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SÃO PAULO (estado). Secretaria de Agricultura. *Relatórios*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1930-1945.
- . Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. *Listagem de Formandos*. Piracicaba: ESALQ, 1900-1933.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A Lavoura*. Rio de Janeiro: SNA, 1930-1945.
- SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. *Revista*. São Paulo: SRB, 1930-1945.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOUZA, M. C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- VELHO, O. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.
- VILLELLA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: IPEA INPES, 1973.

Notas

¹ A realização desta pesquisa contou com equipe integrada pela autora e as bolsistas de Iniciação Científica Carmen Alveal e Aletéia Maria da Silva.

² Mesmo que adstrito sobretudo às questões agrícolas, o Ministério da Agricultura continuaria a abrigar uma Diretoria Nacional da Produção Mineral, ficando sob seu encargo promover as pesquisas geológicas, hidrográficas e petrolíferas. Cf. Decretos-lei n. 22.338, 22.380, 22.416 e 22.506/9.

³ Apesar de criada em 1919, como uma espécie de resposta às pretensões da SNA, a Sociedade Rural Brasileira sofreria reformulações em 1931. Originalmente integrada apenas por representantes da grande burguesia do estado de São Paulo, mormente pelos grupos de grandes cotonicultores, pecuaristas, cafeicultores e industriais, ela conviveria, até este momento e de modo interativo, segundo Love (1980:226), com outras duas entidades de classe regionais: a Sociedade Paulista de Agricultura e a Liga Agrícola Brasileira. Em 1931 ocorreria, justamente, a fusão das três numa nova e ampliada SRB.

⁴ O caso mais tumultuado desse tipo de acordo foi aquele que envolveu a subordinação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) de São Paulo ao Ministério. Tendo à sua frente o agrônomo esalquiano Luiz Amaral, ferrenho opositor da intervenção do Ministério da Agricultura junto a cooperativas agrícolas, posto considerar a matéria da competência dos executivos regionais, foi movida por ele, entre 1931 e 1937, intensa campanha de combate ao Ministério, somente encerrada quando de sua exoneração do cargo de diretor, justamente mediante o convênio de 1938, que transformou a agência numa delegacia regional do MA. Cf. Mendonça, 2002: 80-83.

⁵ Vazado nos moldes do Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Agrônomo do Norte estaria diretamente subordinado ao Ministro, voltando-se para a pesquisa especialmente destinada aos produtos típicos da região. Boletim do Ministério da Agricultura (BMA), 1939: 322.

⁶ Dentre os gêneros alimentícios destacaram-se o feijão e a mandioca, cuja superfície plantada passou, em termos percentuais, respectivamente, de 6,5% para 7,5% e de 2,4% para 4,5% entre 1931 e 1941. BRASIL. Ministério da Agricultura. Relatório do Serviço de Estatística da Produção. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1932-41.

⁷ Seguindo-se a essa fala, o ministro refere-se ao dez principais artigos da pauta de exportações brasileiras: café, algodão, cacau, couros e peles, laranja, carne, cera de carnaúba, mamona, fumo e tortas oleaginosas. RMA, nov, 1939: 41.

⁸ Cada uma dessas Diretorias, de uma maneira geral, aglutinou os serviços herdados da Primeira República, enfeixados por domínio de atuação, excetuando-se o Serviço de Povoamento e Colonização, extinto no período.

⁹ RMA, 1934: 10 e 77. Os primeiros estados a conveniarem-se com o Ministério foram Sergipe e Minas Gerais (no tocante à defesa do algodão); Paraíba e São Paulo (quanto à Vigilância Sanitária Vegetal) e Rio Grande do Norte (visando à promoção da defesa sanitária animal).

¹⁰ Devido à sua proposta de atrelamento da cooperativa agrícola ao sindicato, num claro viés corporativista, Távora e o então diretor para esse serviço, Custódio Sarandy Raposo, sofreriam oposição da “frente unida” dos defensores do chamado – por contraposição ao sindicalismo cooperativista – “cooperativismo livre”, que integrou, até mesmo, antigos antagonistas “de véspera”, como o diretor do DAC/SP Luiz Amaral, os líderes doutrinários do cooperativismo no Brasil e funcionários do Ministério desde 1923, Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho, além de Oliveira Vianna, então Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho, ao qual estava afeta a matéria sindical. A esse respeito ver Mendonça, 2002: 47-9.

¹¹ Fernando Costa era perrepesta histórico, agrônomo diplomado pela Esalq, ex-Secretário de Agricultura de São Paulo (1924-30), presidente do Departamento Nacional de Café (1935-6), fazendeiro e industrial do ramo têxtil, além de presidente honorário da SRB.

¹² Ao ser nomeado para o Ministério, Fernando Costa, levou consigo boa parte do staff que o assessorara quando de sua gestão como Secretário de Agricultura de São Paulo, como por exemplo José de Mello Moraes – diretor da Esalq entre 1927 e 1944 e futuro Secretário da Agricultura do estado (1943-45) – tornado diretor geral do Cnepa (1938-1942); Franklin Viegas, agrônomo esalquiano, guindado ao posto de diretor da Divisão de Fomento da Produção vegetal entre 1938-41; o já citado Carlos de Souza Duarte, confirmado agora no cargo de diretor geral do DNPV, dentre outros.

¹³ Integravam o Cnepa: o Departamento de Ensino Agrônomo, o Instituto de Química Agrícola, o Instituto de Experimentação Agrícola e o Instituto de Ecologia Agrícola, acrescidos, após 1940, ainda sob a mesma gestão, do Instituto Nacional de Óleos, do Laboratório Central de Enologia, do Laboratório Central de Fibras, do Instituto de Fermentação e do Instituto Agrônomo do Norte (RMA, 1939: 23 e ss.; RMA, 1941: 245 e RMA, 1943: 192).

¹⁴ A padronização e o estabelecimento de tipos comerciais operavam com duas grandes subdivisões: “matérias-primas” e “produtos para alimentação”, estando o SER dotado de um Posto de Padronização por estado, segundo legislação específica, i.e., o decreto-lei nº. 334 de 15-03-1938.

¹⁵ O decreto-lei nº. 23.196 estabelecia, em seu artigo 3º. que “os funcionários públicos federais, estaduais e municipais que, posto não satisfaçam as exigências dos artigos 1 e 2, estiverem, à data deste decreto, exercendo cargos ou funções que exijam conhecimentos técnicos de agronomia, poderão continuar no respectivo exercício, mas não poderão ser promovidos ou removidos para outros cargos técnicos”. Coleção de Leis do Brasil (CLB), 1933: 13.

¹⁶ Em matéria de experimentação e tecnologia agrícola, o Cnepa ainda incluía o Instituto Agrônomo do Norte (onde se realizavam estudos sobre a borracha, fibras e oleaginosos); o Instituto de Ecologia Agrícola - cujo propósito era conhecer as possibilidades de aproveitamento das várias zonas agrícolas visando à determinação das espécies mais apropriadas a cada uma delas; o Instituto de Química Agrícola – que realizava pesquisas para verificação de reservas minerais no subsolo, além de análises de minerais e amostras de produtos cultivados pelos vários serviços agrícolas; o Laboratório Central de Enologia -visando ao fomento da vitivinicultura, promovendo experimentações com várias espécies, de modo a reajustar o mercado interno mediante a criação da confiança da população no vinho nacional. Alveal, 1997: 10-12.

¹⁷ Além dos Centros Experimentais e Campos de Sementes, o Instituto de Experimentação Agrícola englobava ainda dois Laboratórios de Fibras, um localizado na Capital Federal e outro em João Pessoa, PB, sendo que este último incluía dentre suas atividades estudos de resistência e valor industrial do algodão arbóreo e herbáceo.

¹⁸ A implantação de sucursais regionalizadas do Serviço do Fomento da Produção Vegetal teve como caso paradigmático da Secretaria de Agricultura de São Paulo, uma vez que as atribuições correspondentes ao Serviço eram, até então, desempenhadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, delas despido em prol do recém-criado Departamento da Produção Vegetal ao qual passaria a subordinar-se, deixando de contar com orçamento próprio. Curiosamente, alguns autores referem-se a esse fato como marco de uma “crise de identidade” no Agrônomo, desconsiderando o contexto mais amplo de reconfiguração do Estado brasileiro aí em curso, no rumo da nacionalização das decisões. A esse respeito ver Albuquerque *et alii*, 1985: 22-5.

¹⁹ A Classificação e Padronização da produção agrícola exportável era uma antiga demanda tanto da SNA – mais preocupada com o estabelecimento de tipos dos mais variados produtos – quanto da SRB ou mesmo da União dos Lavradores de Algodão de SP – mais voltados para a produção de matérias-primas para a indústria têxtil, haja vista serem muitos de seus dirigentes simultaneamente fazendeiros e industriais.

²⁰ Em 1938 e 1945, o SER classificou, respectivamente, 39.400 e 60.580 toneladas de algodão.

²¹ Esse número passou de um total de 150 firmas exportadoras (1935), para 380 delas em 1943. RMA e BMA (1935 a 1943).

²² A veracidade da afirmativa pode ser aquilatada comparando-se, por exemplo, as dotações do Ministério nos anos de 1910 e 1924, quando foi ele contemplado, respectivamente, com Cr\$ 17.224,00 e Cr\$ 36.439,00. Mendonça, 1997: 219.

²³ Cálculos elaborados a partir dos *Orçamentos Gerais da União*, para o período compreendido entre 1931 e 1945.

²⁴ Fundada em 1938, o Dipoa, integrante do Departamento Nacional de Produção Animal, contava com sete Inspetorias, sediadas, respectivamente, em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Barretos e Porto Alegre. Cada uma delas gozava de jurisdição sobre uma dada região administrativa. A primeira, por exemplo, englobava os estados de Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e parte de Goiás; a segunda, os estados do Maranhão, Piauí e Ceará; a terceira, Pernambuco, Alagoas, R.G. do Norte e Paraíba; a quarta, Bahia, Sergipe e parte de Minas; a quinta, São Paulo, Paraná, parte de Goiás e o Triângulo Mineiro, e a sétima, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por tal definição, percebe-se a nítida tentativa de superar-se o recorte estritamente regionalista, baseado nas unidades federativas, representando mais um passo no processo de nacionalização das decisões já apontado. O mesmo espírito presidiria a distribuição das Inspetorias regionais do Dipov, em número de 08, situadas em Belém, Recife, Salvador, Santos, Rio de Janeiro, São Francisco (SC), Porto Alegre e Paranaguá (PR). É nítido perceber que, enquanto as inspetorias do primeiro Departamento privilegiavam áreas do Nordeste, as do segundo concentravam-se, em sua maioria, no Centro-Sul.

²⁵ Segundo o texto legal “fica estabelecida a classificação e fiscalização compulsória dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias-primas destinados à exportação para o estrangeiro, visando à sua padronização”. CLB, 1938: 456.

²⁶ Não somente a fala, como as práticas oficiais do MA valorizaram, ao longo de todo o período, a utilização da adubagem como meio de aprimoramento da qualidade da produção agrícola brasileira, tendo algumas de suas sessões se dedicado à pesquisa e experimentação de novas técnicas e tipos, como no caso da adubação verde, intentada entre os anos de 1938-40. Além disso, o Ministério difundia, através de seus Campos de Cooperação e demais atividades junto aos produtores, marcas determinadas de adubos e fungicidas, tornando-se um verdadeiro “cartão de visitas” de determinadas fábricas nacionais, como a fábrica Ipanema, por exemplo.

²⁷ RMA, 1940: 13. Os *Campos de Cooperação Permanentes* situavam-se, em sua maioria, nos estados do Paraná, Bahia e Pará, perfazendo um total médio de cerca de 4.000 ha cultivados através dessa modalidade de auxílio público (RMA, 1942: 17)

²⁸ Os dados apresentados pelo Relatório do Ministério do ano de 1942 são bem ilustrativos a esse respeito, sobretudo considerando-se a área total cultivada por intermédio de cada uma dessas iniciativas: enquanto os campos anuais foram em número total de 1.054, correspondendo a uma área total em ha de 11.555, os de cooperação permanente foram apenas 108, com 4.403 ha cultivados, ao passo que os campos de cultura fiscalizada, em número de 1.245 – ou seja, um total superior ao do primeiro tipo – englobaram menor área cultivada, i.e., somente 8.577 ha.

²⁹ Somente foi possível localizar três volumes do *Almanak do Pessoal* do Ministério da Agricultura, referentes aos anos de 1933, 1934 e 1943.

³⁰ A revista *Nossa Terra* consistiu numa iniciativa ministerial própria ao Estado Novo, publicada pelo *Serviço de Informação Agrícola*, com a finalidade de difundir e dar visibilidade às atividades desenvolvidas pela agência durante o período. Malgrado o tom laudatório e claramente ideologizante de suas matérias, constitui-se em documento importante para a avaliação de uma espécie de prática cultural do órgão, fomentando valores inerentes à chamada ruralização do país. No primeiro editorial da Revista, afirma-se que “*tem por fim precípuo, esta publicação, apresentar, nos seus aspectos mais expressivos, o progresso realizado pelo Brasil no domínio da produção rural. Aos textos difusos de doutrinação e propaganda, preferiu-se o processo das imagens e dos signos estatísticos, porque, harmonizando-se com as exigências modernas de conhecimento imediato e informação sintética, facilita e amplia, empolgante e sugestivamente, a vulgarização daquelas realidades*” (*Nossa Terra*, julho, 1938: 3).

³¹ A criação de tal tipo de repartições remete ao fortalecimento dos grupos agrários que promoveram a implantação do Maic, ocorrendo, em sua maioria, após o término do “interlúdio paulista”. O Serviço do Algodão, fundado em 1915 e transformado, posteriormente, em Superintendência, é um dos melhores exemplos dessa posição, lembrando que suas primeiras sedes localizaram-se nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, multiplicando-se por todo o Nordeste em fins do período, com o fito de prestar assistência a cotonicultores dos complexos nordestinos, já prejudicados pelas pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas que desenvolvia uma nova espécie de fibra alternativa àquelas oriundas do Nordeste. Mendonça, 1993: 24.

³² O caráter estratégico do SER decorre do fato de ter como sua principal atribuição a padronização obrigatória dos tipos comerciais agrícolas brasileiros, sendo-lhe afeta toda e qualquer matéria ligada ao cooperativismo, a ponto de serem os diretores deste órgão os coordenadores, juntamente com dirigentes do Banco do Brasil, das linhas de crédito agrícola emanadas da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei).

³³ Além de cafeicultor, dirigente da SPA e da SRB, José Arruda Albuquerque foi também professor catedrático da Esalq, entre 1927 e 1940.

SONIA REGINA DE MENDONÇA

Doutora em História pela Universidade de São Paulo

Pesquisa em andamento: “Estado e Representação Empresarial: Um Estudo Sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964-1993)”

srmend@ar.microlink.com.br